

SUMÁRIO

PARTE I – ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE JURISDICIONAL EXECUTIVA.....	1
Capítulo I – Premissas essenciais para a compreensão da execução civil....	3
1. O devido processo legal e a execução	3
1.1 Os fins não justificam os meios	3
1.2 Devido processo legal e tutela executiva	4
1.3 Devido processo legal, tutela executiva e proteção dos valores do exequente e do executado.....	6
2. Sistema executivo aberto, fechado e flexível.....	7
3. Devido processo legal e sistema executivo	9
4. Solução – adjudicada e consensual – dos conflitos	11
Capítulo II – Tutela jurisdicional executiva no CPC.....	13
1. As crises jurídicas e a atividade jurisdicional.....	13
2. A configuração da atividade jurisdicional executiva no Código de Processo Civil.....	17
3. O Estado liberal e sua influência no CPC/1973.....	21
4. Os fundamentos e os fins do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).....	26
4.1 Razões sociais e jurídicas justificadoras de um Novo Código de Processo Civil	26
4.2 A crise do Poder Judiciário e o NCPC.....	32
4.3 O Novo CPC e a aproximação com a <i>common law</i>	35
4.4 Obrigacionalização da tutela executiva pelo CPC	38
5. A técnica processual executiva.....	39
5.1 Os módulos processuais executivos (fase ou módulo processual e processo autônomo).....	40
5.2 Os procedimentos executivos (espécies de procedimentos).....	41

5.3	Os provimentos executivos (meios de sub-rogação e meios de coerção)	42
5.4	Atos executivos em espécie	45
5.4.1	Penhora e avaliação de bens penhorados	45
5.4.2	Adjudicação, apropriação de frutos e rendimentos e arrematação do bem penhorado.....	47
5.4.3	Meios de coerção (multa etc.)	49
5.4.4	As diversas classificações da atividade executiva....	50
5.4.4.1	Execução provisória e execução definitiva	51
5.4.4.2	Execução específica e genérica.....	53
5.4.4.3	Execução direta e indireta	55
5.4.4.4	Execução singular e coletiva.....	56
5.4.4.5	Execução universal (coletiva) e execução singular (individual).....	57
Capítulo III – Diretivas da execução civil		59
1.	Considerações iniciais: por que <i>diretivas da execução</i> ?	59
2.	A <i>primeira diretiva</i> : a solução integral do mérito engloba a <i>satisfação</i> do direito com <i>eficiência e em tempo razoável</i>	59
3.	A <i>segunda diretiva</i> : a busca da maior coincidência possível	61
4.	A <i>terceira diretiva</i> : amplitude dos meios executivos (típicos e atípicos)	62
5.	A <i>quarta diretiva</i> : probidade das partes na execução	64
6.	A <i>quinta diretiva</i> : sujeitabilidade do patrimônio e menor sacrifício possível.....	69
7.	A <i>sexta diretiva</i> : o procedimento executivo de desfecho único.....	71
8.	A <i>sétima diretiva</i> : a liberdade/disponibilidade na execução	75
Capítulo IV – Execução civil e responsabilidade patrimonial		83
1.	Introdução: débito e responsabilidade.....	83
2.	Natureza substancial da responsabilidade patrimonial	87
3.	Responsabilidade patrimonial: caráter subsidiário da execução....	87
4.	Responsabilidade patrimonial, execução por expropriação e execução real.....	93
5.	Momento de formação da responsabilidade patrimonial	95
5.1	A responsabilidade patrimonial no CPC	95
5.2	Origens do dispositivo	96
5.3	Devedor	97

5.4	Responde com todos os seus bens.....	98
5.5	Bens presentes e futuros e o terceiro adquirente.....	99
5.6	A expressão “para o cumprimento de suas obrigações”.....	103
6.	Responsabilidade patrimonial e limitação à propriedade do devedor.....	104
7.	Garantia patrimonial geral e garantia real.....	106
8.	Responsabilidade patrimonial sobre bens que não mais pertencem ao devedor no momento de instauração da atividade jurisdicional cognitiva ou executiva	107
9.	Tutela judicial da responsabilidade patrimonial.....	109
10.	Individualização patrimonial e remédios repressivos.....	110
11.	As fraudes contra o credor e contra a execução: hipóteses e tutela jurídica	112
11.1	Direito de propriedade do devedor e tutela jurídica da responsabilidade patrimonial	112
11.2	O ato ilícito da fraude sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos	114
11.3	Técnicas de prevenção e remoção do ilícito (fraude à responsabilidade patrimonial) e técnica de proteção do terceiro.....	116
11.3.1	A tutela jurídica.....	116
11.3.2	A tutela preventiva.....	117
11.3.3	A tutela de remoção do ilícito – ação pauliana.....	118
11.3.4	A tutela de remoção do ilícito – fraude à execução.....	122
11.4	Art. 792, I	126
11.5	Art. 792, II e III	126
11.6	Art. 792, IV	127
11.7	Desconsideração da personalidade jurídica e fraude à execução	127
11.8	Fraude à execução e embargos de terceiro.....	128
11.9	Demais casos expressos em lei.....	130
12.	Bens sujeitos à execução e bens sujeitos à responsabilidade patrimonial	131
12.1	Apresentação do tema.....	131
12.2	Bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória	132
12.3	Do sócio, nos termos da lei.....	133
12.4	Do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	134

12.5	Do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	134
12.6	Alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	135
12.7	A alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	136
12.8	Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	136
13.	Impenhorabilidade	137
13.1	Interpretação dos casos de impenhorabilidade	137
13.2	Impenhorabilidade absoluta e relativa.....	140
13.3	O rol do art. 833 do CPC.....	140
13.4	Impenhorabilidade do bem de família (residencial) previsto na Lei 8.009/1990.....	147
13.5	Bens relativamente impenhoráveis	150
14.	O fiador e o benefício de ordem	151
Capítulo V – Título executivo.....		153
1.	Introito	153
2.	Título executivo e devido processo legal	154
3.	Crise jurídica, norma jurídica concreta e título executivo.....	155
4.	O “intrínseco” e o “extrínseco” do título executivo	157
5.	A eficácia executiva e abstrata.....	159
6.	Classificação: título judicial e extrajudicial	160
7.	Títulos executivos híbridos.....	163
8.	Aspecto formal e material do título executivo.....	165
8.1.	O elemento material: a norma jurídica concreta.....	165
9.	O rol do art. 515 do CPC e outros títulos judiciais	169
9.1	As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa (art. 515, I, do CPC).....	169
9.2	A decisão homologatória de autocomposição judicial (art. 515, II) ou extrajudicial de qualquer natureza (art. 515, III).....	171
9.3	O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.....	172

9.4	O crédito de auxiliar da justiça, quando as custas, os emolumentos ou os honorários tiverem sido aprovados por decisão judicial.....	173
9.5	Sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 515, VI, do CPC)	173
9.6	A sentença arbitral.....	175
9.7	Sentença estrangeira homologada pelo STJ e a decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 515, VIII e IX)	176
10.	O rol do art. 784 do CPC	176
10.1	O rol do art. 784 e a tipicidade dos títulos executivos extrajudiciais	176
10.2	Título executivo extrajudicial e eficácia abstrata.....	178
10.3	Art. 784, I (cheque, nota promissória, letra de câmbio, duplicata e debênture)	178
10.4	Art. 784, II (escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor); art. 784, III (o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas); art. 784, IV (o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal)	179
10.5	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução (art. 784, V)	182
10.6	Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI)	183
10.7	Crédito decorrente de foro e laudêmio (art. 784, VII)	184
10.8	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio (art. 784, VIII)	185
10.9	A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	185
10.10	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em Convenção de Condomínio ou aprovadas em Assembleia Geral, desde que documentalmente comprovadas (art. 784, X).....	185

10.11	A certidão expedida por serventia notarial ou de registro, relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	186
10.12	Títulos executivos previstos fora do Código de Processo Civil	186
11.	Algumas reflexões sobre o art. 785 do CPC (que permite a parte buscar a tutela cognitiva mesmo sendo portadora de título executivo extrajudicial)	187
Capítulo VI – Inadimplemento e execução civil		193
1.	Crise de adimplemento e execução	193
2.	Crise de adimplemento: a mora e o “inadimplemento”	196
3.	Inadimplemento como requisito necessário da tutela executiva (art. 786 do CPC e art. 523, § 1.º)	196
4.	Inadimplemento e exigibilidade	198
5.	Exigibilidade e contraprestação nos contratos bilaterais	199
6.	Exigibilidade e obrigações sujeitas a condição ou termo	201
Capítulo VII – A relação processual executiva		205
1.	Considerações preliminares	205
2.	A relação processual executiva	206
2.1	A tessitura da relação processual executiva	206
2.2	Pressupostos processuais	206
2.3	A competência na execução	207
2.4	A finalidade da relação processual executiva	208
2.5	Procedimentos executivos	209
2.5.1	Uma introdução	209
2.5.2	Os procedimentos típicos	211
3.	Cumulação de execuções	212
4.	Tutela de urgência na execução	214
5.	Suspensão da relação processual executiva	215
5.1	Noções preliminares	215
5.2	Causas suspensivas e impeditivas da execução	216
5.3	Hipóteses de causas impeditivas da execução	217
5.3.1	Ausência de bens a penhorar (art. 921, III, do CPC)	217
5.3.2	Prestação de caução no cumprimento provisório da sentença (art. 521, IV)	218

5.3.3	Penhora sobre ação e direito do devedor (penhora no rosto dos autos – art. 860 do CPC)	218
5.3.4	Concurso particular de credores e exequentes (arts. 908 e 909 do CPC)	219
5.4	Hipóteses de causas suspensivas da execução	220
5.4.1	Efeitos da suspensão	220
6.	Extinção da execução	221
6.1	Extinção do “processo” de execução	221
6.2	A sentença no processo de execução	221
6.3	O rol do art. 924 do CPC	222
6.3.1	Art. 924, I (a petição inicial for indeferida)	222
6.3.2	Art. 924, II (a obrigação for satisfeita)	222
6.3.3	Art. 924, III (o executado obtiver, por qualquer meio, a extinção total da dívida)	223
6.3.4	Art. 924, IV (o exequente renuncia ao crédito)	223
6.3.5	Art. 924, V (ocorrer a prescrição intercorrente)	224
6.3.6	O fim da execução e efeito sobre o direito material: satisfação do direito e quitação	225
7.	Remição da execução	226
7.1	Conceito e generalidades	226
7.2	Remição da execução e institutos afins	227
7.3	Tipos de remição da execução	228
8.	Recursos na execução	233
Capítulo VIII – A demanda executiva		235
1.	Execução civil com ou sem demanda (formal) executiva	235
2.	Condições da demanda executiva	235
2.1	Interesse de agir: pretensão insatisfeita e o título executivo	235
2.2	Sujeitos na execução (alguns terceiros)	236
2.3	Partes da execução	240
3.	Elementos da demanda executiva	248
4.	Litispêndêcia	249
5.	Coisa julgada	250
PARTE II – O PROCEDIMENTO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO		253
Capítulo I – Regras Gerais do Cumprimento de sentença		255
1.	Introdução	255
2.	Disposições gerais do cumprimento de sentença	256

2.1	As regras processuais aplicáveis.....	256
2.2	Cumprimento de sentença e provocação do interessado.....	256
2.3	A intimação do executado.....	258
2.4	O exequente e o executado no cumprimento de sentença...	260
2.5	A sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	260
2.6	Dos títulos executivos judiciais	261
2.7	Da competência no cumprimento de sentença	261
2.8	O protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	261
2.9	A validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos e a objeção do executado.....	265
2.10	Tutela provisória, liquidação de sentença e cumprimento de sentença	266
Capítulo II – Cumprimento da sentença das obrigações de fazer e não fazer		267
1.	Considerações sobre a tutela das obrigações de fazer e não fazer no CPC.....	267
2.	Obrigações ou deveres de fazer e não fazer?	268
3.	Breves considerações sobre as <i>obrigações de fazer e não fazer</i>	269
3.1	A identificação do fazer e não fazer	269
3.2	Obrigações fungíveis e infungíveis.....	269
4.	A conversão em perdas e danos.....	271
5.	O resultado prático equivalente	272
6.	O cumprimento de sentença e o processo de execução das obrigações de fazer e não fazer e a prioridade da tutela <i>in natura</i>	275
6.1	O cumprimento de sentença das obrigações de fazer e não fazer	276
6.1.1	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer e não fazer – a pretensão à tutela específica...	277
6.1.2	O dano e o ilícito e sua tutela específica	277
6.1.3	A obrigação de prestar declaração de vontade.....	279
6.1.4	As técnicas de efetivação (medidas necessárias) da tutela específica	280
6.1.5	A multa do art. 537 do CPC.....	282
Capítulo III – Processo de execução das obrigações de fazer e não fazer....		287
1.	Considerações gerais.....	287
2.	O início do processo de execução.....	288

3. Prazo para cumprimento voluntário da obrigação	288
4. A opção pelas perdas e danos.....	289
5. Procedimento da execução das obrigações fungíveis	290
6. Execução das prestações infungíveis.....	291
7. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade.....	292
8. Execução das obrigações de não fazer previstas nos arts. 822 e 823 do CPC.....	292
Capítulo IV – Cumprimento da sentença das obrigações de entrega de coisa.....	295
1. Generalidades.....	295
2. O intercâmbio entre o cumprimento e a sentença para obrigação de fazer e não fazer e para a entrega de coisa.....	296
3. A obrigação de entrega de coisa.....	297
4. Entrega de coisa certa e coisa incerta.....	298
5. Entrega de coisa e devido processo legal	301
6. As obrigações de entrega de coisa e a utilização dos meios de coerção previstos no art. 536.....	301
7. A obrigação de entrega de coisa também é forma de tutela específica.....	302
8. Art. 498 e art. 538 e a obtenção da tutela específica.....	304
9. Art. 538: mandado de cumprimento da obrigação (<i>caput</i>) e parágrafo único.....	305
10. Art. 538, § 3º: expressa referência de aplicação das técnicas dos arts. 536 e 537.....	307
11. O direito de retenção deve ser exercitado na contestação, e não em impugnação do executado	308
Capítulo V – Processo de execução das obrigações de entrega de coisa.....	311
1. Introdução	311
2. Natureza pessoal ou real da execução de entrega de coisa.....	312
3. Entrega de coisa <i>certa</i> e <i>incerta</i>	312
4. Procedimento para entrega de coisa certa.....	312
4.1 Postulação.....	312
4.2 A expedição do mandado executivo.....	313
4.3 Os embargos do executado	314
4.4 Alienação da coisa pelo executado.....	315
4.5 Conversão da execução específica para pagamento de quantia (perdas e danos)	316

5.	Procedimento do processo de execução para a entrega de coisa incerta.....	317
6.	Aplicação subsidiária do art. 538 ao procedimento executivo dos arts. 806 e ss.....	318
7.	Embargos de retenção por benfeitorias	318
Capítulo VI – Aspectos gerais da tutela executiva da obrigação de pagar quantia		
	1. Execução por quantia certa e expropriação forçada	319
	2. Expropriação e poder de império do Estado	319
	3. Configuração da execução por quantia certa no Código de Processo Civil	320
	4. Técnicas executivas expropriatórias (instrumentais e finais) previstas no Código de Processo Civil.....	321
	5. A escolha das técnicas executivas finais na execução por expropriação.....	322
	6. Identificar os fundamentos e fins da pretensão à tutela pecuniária e a aplicação do art. 139, IV	326
Capítulo VII – Cumprimento provisório da sentença		
1.	Generalidades.....	329
2.	Conceito e regime jurídico da execução provisória	333
2.1	Considerações preliminares.....	333
2.2	Diretivas e cabimento (regras materiais) do cumprimento provisório da sentença	335
2.2.1	Responsabilidade objetiva por dano processual (art. 520, I, do CPC)	335
2.2.2	O efeito retroativo da indevida execução provisória (cumprimento provisório da sentença)	335
2.2.3	Prestação de caução nos casos de levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar grave dano ao executado	337
2.2.4	A dispensa da caução do inc. IV do art. 520	339
3.	O procedimento da execução provisória (cumprimento provisório da sentença).....	340
4.	Cumprimento provisório da sentença, suspensividade da execução e oposição do executado	341
5.	Preclusão de execução definitiva	343

Capítulo VIII – Cumprimento definitivo de sentença para pagamento de quantia	345
1. Considerações gerais.....	345
2. O início da fase de cumprimento de sentença.....	346
2.1 Inércia e requerimento executivo.....	346
2.2 A condenação em quantia certa, ou já fixada em liquida- ção, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa	348
2.3 Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....	349
2.4 A multa de 10%.....	350
2.5 O demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.....	352
2.6 A indicação de bem à penhora/avaliação.....	353
3. O cumprimento da sentença provocado pelo devedor.....	356
Capítulo IX – Processo de execução para pagamento de quantia	359
1. Introdução	359
2. O ajuizamento da petição inicial	360
3. A formação da relação executiva: a citação do executado e o ar- resto dos bens na execução fundada em título extrajudicial	363
4. Atitudes do executado no procedimento executivo para paga- mento de quantia fundada em título extrajudicial	366
Capítulo X – Da penhora	367
1. Conceito e natureza jurídica	367
2. Nomeação à penhora.....	368
2.1 Aspectos gerais.....	368
2.2 Nomeação à penhora e seus incidentes.....	369
3. Efeitos da penhora	372
3.1 Efeitos materiais.....	372
3.2 Efeitos processuais.....	374
4. Objeto da penhora.....	375
5. Forma de realização da penhora.....	377
6. Intimação da penhora	378
7. Modificações da penhora.....	380
7.1 Modificações quantitativas e qualitativas (art. 847 do CPC)....	380
7.2 Modificações qualitativas (substituições) excepcionais do objeto da penhora.....	383
8. Penhoras especiais	386
8.1 Penhoras de créditos e outros direitos patrimoniais.....	387
8.2 Da penhora de ativos financeiros	389

8.2.1	Considerações iniciais.....	389
8.2.2	O dinheiro em espécie ou em aplicações financeiras.....	389
8.2.3	O caráter absoluto do dinheiro na ordem de preferência do art. 835, I, do CPC.....	390
8.2.4	A substituição do dinheiro por fiança bancária e seguro garantia judicial.....	391
8.2.5	Execução de crédito com garantia real e a suposta preferência da penhora sobre o bem dado em garantia.....	392
8.2.6	Penhora de dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira.....	394
8.2.6.1	Aspectos gerais.....	394
8.2.6.2	Método de bloqueio	397
8.2.6.3	Controle pelo juiz	397
8.2.6.4	Mini-impugnação do executado.....	397
8.3	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e se- moventes.....	398
8.4	Da penhora de percentual de faturamento de empresa	401
8.5	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel..	402
9.	Da avaliação.....	403
9.1	Generalidades	403
9.2	Avaliação no CPC.....	404
9.3	A avaliação e a execução por quantia certa.....	404
9.4	Avaliação como ato executivo e como prova pericial.....	405
9.5	O avaliador	406
9.6	Requisitos para a nomeação do avaliador especializado.....	407
9.7	Prazo para a entrega do laudo	408
9.8	O art. 871 – hipóteses em que não se procede à avaliação por oficial de justiça	408
9.8.1	Avaliação do bem penhorado e avaliação por ofi- cial de justiça	408
9.8.2	Estimativa da parte	408
9.8.3	Cotação do bem penhorado por órgão oficial	409
9.8.4	Veículos automotores e outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comu- nicção	410

9.9	O art. 872 – a forma de avaliação do bem penhorado.....	411
9.9.1	Aspectos gerais.....	411
9.9.2	A forma de realização da avaliação pelo oficial de justiça e pelo avaliador nomeado pelo juiz.....	411
9.9.3	O conteúdo da avaliação.....	411
9.9.4	Imóvel que admitir divisão.....	412
9.10	A nova avaliação.....	412
9.10.1	Generalidades.....	412
9.10.2	Arguição do defeito da avaliação.....	412
9.10.3	Tipos de incorreções arguíveis.....	413
9.11	Avaliação e modificações da penhora.....	414
9.12	A avaliação e a sua relação com a expropriação do bem penhorado.....	415
9.12.1	Generalidades.....	415
9.12.2	Avaliação e adjudicação.....	416
9.12.3	Avaliação, expropriação e preço vil.....	416
9.12.4	Avaliação e expropriação de imóvel de incapaz.....	417
9.12.5	Avaliação e expropriação de imóvel de coproprietário ou cônjuge alheio à execução.....	417
9.12.6	Avaliação e o efeito suspensivo nas oposições do executado (impugnação e embargos).....	418
9.12.7	Remição do bem penhorado pelo valor da avaliação.....	418
Capítulo XI – Atos de expropriação dos bens do executado.....		421
1.	Introdução.....	421
2.	Da adjudicação.....	423
2.1	O bem-instrumento e o bem-fim na execução pecuniária.....	423
2.2	O conceito de adjudicação.....	425
2.3	A adjudicação no CPC.....	425
2.4	Adjudicação no cumprimento de sentença (provisório ou definitivo) e processo de execução.....	426
2.5	Adjudicação e satisfação do crédito exequendo (art. 904, II, do CPC).....	426
2.6	A preferência e o momento da adjudicação.....	427
2.7	Legitimidade para adjudicar.....	428
2.8	A adjudicação no CPC e a dação em pagamento no direito privado: figuras próximas, mas diferentes.....	429
2.9	As três modalidades de adjudicação do art. 876 e ss.	430

2.9.1	As três figuras do art. 876 e ss.: a genuína adjudicação, a adjudicação-arrematação e a adjudicação-remição	430
2.9.2	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente ...	431
2.9.3	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e sub-rogação decorrente da penhora de crédito (art. 857).....	433
2.9.4	Adjudicação do bem penhorado pelo exequente e apropriação de frutos e rendimentos (art. 825, III).....	434
2.9.5	A adjudicação pelo exequente que possui garantia real sobre o bem.....	435
2.9.6	A adjudicação-arrematação do § 5.º, primeira parte, do art. 876 do CPC.....	435
2.9.7	A adjudicação-remição do § 5.º, segunda parte, do art. 876 do CPC.....	437
2.9.7.1	Características.....	437
2.9.7.2	Manutenção do direito de remir o bem arrematado em casos específicos.....	439
2.10	Requisitos para adjudicar no art. 876 do CPC	440
2.11	Documentação e o efeito de aquisição da propriedade pela adjudicação.....	442
2.12	Adjudicação e evicção.....	444
3.	Alienação por iniciativa particular.....	445
4.	Alienação em leilão público	447
4.1	Considerações gerais.....	447
4.2	Edital	448
4.2.1	Considerações gerais.....	448
4.2.2	O que deve constar no edital.....	449
4.2.3	A publicidade do edital.....	449
4.3	A arrematação.....	452
4.3.1	Conceito.....	452
4.3.2	A arrematação como ato processual executivo.....	452
4.3.3	Legitimados à arrematação.....	452
4.3.4	O ato de arrematar.....	453
4.3.5	O auto de arrematação	455
4.3.6	A arrematação de bens imóveis indivisíveis e de incapaz	456
4.3.7	Desfazimento da arrematação.....	457

4.3.8	A carta de arrematação	460
4.3.9	Efeitos da arrematação	460
4.3.10	Arrematação e evicção	461
4.3.11	A entrega do dinheiro resultante da arrematação...	463
4.4	Apropriação de frutos e rendimentos de bem penhorado...	463
4.4.1	Características	463
4.4.2	A entrega do dinheiro	464
4.4.3	A iniciativa para a decretação da apropriação de frutos e rendimentos de bem móvel e imóvel	465
4.4.4	Momento	465
4.4.5	A decretação da penhora para a apropriação de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	466
4.4.6	O objeto	466
4.4.7	O procedimento	467
5.	Concurso de credores e/ou exequentes	468
5.1	Introdução	468
5.2	Natureza jurídica	468
5.3	Concurso de exequentes <i>versus</i> concurso de credores no processo de insolvência	469
5.4	Duas ou mais penhoras sobre o mesmo bem	470
5.5	O exercício do direito de preferência	471
5.6	Objeto	471
5.7	Legitimidade	471
5.8	Procedimento	471
6.	A satisfação do crédito	472
 Capítulo XII – Cumprimento de sentença e processo de execução contra a Fazenda Pública: cumprimento de sentença (provisório e definitivo) e o processo de execução		
1.	Introdução	475
2.	Regimes executivos especiais envolvendo a Fazenda Pública	476
3.	Razão do regime especial dos “precatórios” contra a Fazenda Pública	477
4.	Características do procedimento executivo previsto no art. 100 da CF/1988 c/c os arts. 534 e 910 do CPC	478
4.1	Execução fundada em título judicial ou extrajudicial	478
4.2	O regime jurídico dos precatórios	478
4.3	Reserva da quantia dos honorários para pagamento dos precatórios proporcionais diretamente ao advogado	482

5.	Procedimento do cumprimento de sentença por quantia contra a Fazenda Pública	482
6.	Cumprimento provisório da sentença para pagamento de quantia contra a Fazenda Pública	485
7.	Procedimento do processo de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública	485
Capítulo XIII – Cumprimento de sentença e processo de execução para pagamento da prestação alimentícia		487
1.	Introdução	487
2.	O crédito alimentar (conceito, classificação e características).....	487
3.	Alimentos e a relação jurídica material	489
3.1	<i>Ratio essendi</i> da relação jurídica material alimentícia	490
3.1.1	Parentesco	490
3.1.2	Relação familiar (casamento e união estável)	490
3.1.3	Voluntários	491
3.1.4	Ressarcitórios (ato ilícito)	491
4.	Execução da prestação alimentícia.....	492
4.1	Considerações gerais.....	492
4.2	Cumprimento de sentença da prestação de alimentos e a aplicação subsidiária ao processo de execução.....	493
4.3	Técnicas executivas típicas aplicáveis à execução da prestação alimentícia	493
4.3.1	Introito	493
4.3.2	O desconto em folha.....	494
4.3.3	Constituição de capital para pagamento de indenização por ato ilícito	495
4.3.4	A técnica da prisão civil.....	498
4.3.4.1	Noções preliminares.....	498
4.3.4.2	Competência para decretar a prisão civil	499
4.3.4.3	Decretação da prisão.....	500
4.3.4.4	Alimentos pretéritos e prisão civil.....	500
4.3.4.5	Prazo e regime jurídico da prisão.....	501
4.3.4.6	Do protesto do título judicial.....	501
4.3.4.7	O procedimento do cumprimento de sentença e do processo de execução	502

4.3.4.8	As técnicas do procedimento comum para pagamento de quantia (penhora e demais atos expropriatórios).....	503
4.3.4.9	A conduta procrastinatória do executado e o crime de abandono material.....	503
PARTE III – INCIDENTES E PROCESSOS INCIDENTAIS CONEXOS À EXECUÇÃO.....		505
Capítulo I – Liquidação de sentença.....		507
1.	Introdução	507
2.	Liquidação e norma jurídica (quase) concreta	508
3.	Liquidação e princípio da estabilidade da demanda.....	509
4.	O objeto da liquidação	511
5.	Liquidação pela individuação do objeto (art. 324, § 1.º, I)	513
6.	Liquidação do valor (<i>quantum</i>)	517
7.	Liquidação nas ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos	518
8.	Liquidação: processo incidente ou questão incidental	519
9.	A liquidação de sentença dos arts. 509 e ss. do CPC	520
9.1	Considerações gerais.....	520
9.2	O julgamento da liquidação: antijuridicidade e dano	521
9.3	Espécies de liquidação	523
9.4	Procedimento do incidente processual de liquidação	523
9.5	Legitimidade	524
9.6	Competência	524
9.7	Procedimento.....	524
9.8	Contumácia na liquidação	525
9.9	Defesa.....	526
9.10	Liquidação e recursos	527
Capítulo II – Oposições do executado.....		531
1.	Apresentação do tema: as posições jurídicas das partes e a atividade jurisdicional	531
2.	O demandado na execução	533
3.	As oposições típicas e atípicas do executado no cumprimento de sentença e no processo de execução	535
4.	A <i>impugnação do executado</i> no CPC	537
5.	Os embargos do executado no CPC.....	537

6. Os embargos à execução e a impugnação do executado: processo incidental e incidente processual.....	537
7. Natureza jurídica dos embargos do executado	540
8. Natureza jurídica da impugnação do executado	542
9. A pretensão nos embargos do executado	543
10. A “pretensão” na impugnação do executado	545
11. Embargos do devedor e embargos de terceiro	546
12. Embargos do devedor e impugnação do executado: distinções	546
13. Classificações genéricas aplicáveis aos embargos e à impugnação do executado.....	550
14. Requisitos de admissibilidade dos embargos e da impugnação do executado	550
14.1 Interesse processual.....	551
14.1.1 Os limites da cognição e adequação do pedido à via eleita	551
14.1.2 O prazo nos embargos e na impugnação do executado	552
14.2 Legitimidade das partes nos embargos e na impugnação do executado.....	555
14.2.1 Nos embargos do executado.....	555
14.2.2 Na impugnação do executado.....	555
15. Competência nos embargos e na impugnação do executado	556
16. Pagamento da quantia e preclusão lógica para opor-se à execução.....	557
17. Fundamentos (causa de pedir) a serem opostas pelo executado....	558
17.1 Impugnação do executado	558
17.1.1 Apresentação	558
17.1.2 Falta ou nulidade da citação se o processo correu à revelia	559
17.1.3 Ilegitimidade de parte	562
17.1.4 Inexigibilidade ou inexecuibilidade do título (art. 525, § 1.º, III).....	563
17.1.5 Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1.º, IV).....	565
17.1.6 Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1.º, V)	566
17.1.7 A incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	569

17.1.8	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.....	570
17.1.9	A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral.....	571
17.1.10	As alegações de impedimento e suspeição	572
17.1.11	Impugnação à adjudicação e à arrematação (art. 903, § 2.º)	572
17.1.12	Inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso	575
17.1.13	Fatos supervenientes e defesa do executado	576
17.1.14	A aplicação subsidiária do art. 916 ao cumprimento de sentença	577
17.2	Embargos do executado.....	579
17.2.1	A amplitude de fundamento dos embargos à execução.....	579
17.2.2	Embargos de retenção por benfeitorias	582
17.2.3	A suspeição e o impedimento nos embargos do executado	584
18.	Os embargos e a impugnação contra a execução por quantia contra a Fazenda Pública	584
19.	Efeito suspensivo nas oposições do executado	585
19.1	O surgimento do efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	585
19.2	Características gerais do efeito suspensivo aplicáveis às oposições do executado (impugnação e embargos).....	586
19.3	Efeito suspensivo: requisitos	588
19.4	Efeito suspensivo e contracautela prestada pelo exequente...	591
19.5	Julgamento dos embargos do executado e efeito do recurso...	592
20.	Procedimento dos embargos do executado.....	593
21.	Procedimento da impugnação do executado.....	596
22.	Honorários advocatícios na impugnação ao cumprimento de sentença.....	597

Capítulo III – Embargos de terceiros.....	601
1. Processo e terceiros	601
2. Atos judiciais constritivos e terceiros.....	602
3. Escorço histórico no direito pátrio.....	605
4. Conceito	605
5. Natureza jurídica	605
6. O conceito de terceiro	608
7. Elementos da demanda.....	608
8. Prazo dos embargos de terceiro	613
9. Competência	614
10. Procedimento	615
11. O procedimento comum subsidiário	616
12. Liminar em embargos de terceiro.....	616
13. Recurso de apelação	616
14. Fraude contra credores e fraude à execução	616
15. Compromisso de compra e venda e embargos de terceiros.....	618
Bibliografia	619